

A POLÍTICA DE BOM SENSO

COMMON SENSE POLICY

Carlos Vital Tavares Corrêa Lima *

* É presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Palavras-chave – *Demografia, intercambistas, emprego, carreira, assistência.*

Keywords – *Demography, exchanges, employment, career, care.*

Nos recentes editais de convocação para o Programa Mais Médicos, a presença de brasileiros tem sido dominante. No último chamamento público, finalizado em janeiro, médicos com CRM preencheram 99% das vagas, distribuídas em 1.390 postos, ofertados em 642 municípios e dois Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). Nesse grupo, se destacam os que têm até cinco anos de formado (86,2%), graduados em instituições privadas brasileiras (53,9%), jovens – na faixa etária de 26 a 30 anos (44,4%) – e do sexo feminino (54%).

Esse comportamento registrado desde 2015 torna evidente que o Governo pode substituir, sem sobressaltos, os vínculos estabelecidos no Programa Mais Médicos pela contratação de profissionais aprovados em concursos públicos nos moldes de uma carreira de Estado para o médico do Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com o estudo Demografia Médica no Brasil, realizado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), com o apoio do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), para a absoluta maioria dos médicos brasileiros (acima de 95%), a fixação dos profissionais em determinado vínculo empregatício ou localidade depende não apenas de um, mas de vários fatores, que, articulados, podem ser resumidos em uma expressão: condições de trabalho.

Na percepção dos médicos, a permanência por longos períodos num município ou no serviço público se relaciona, entre outros pontos, à existência de infraestrutura de atendimento, ao acesso a aperfeiçoamento contínuo, à oferta de remuneração adequada e à garantia de progressão funcional.

Todos esses aspectos estão incluídos na proposta de criação de uma carreira de Estado para a categoria no âmbito do SUS, tema tratado em diferentes propostas em tramitação no Congresso Nacional, sendo que uma delas – a PEC 454/2009 – está pronta para votação no Plenário da Câmara dos Deputados.

A manifestação expressa na referida Demografia Médica indica o efeito positivo que a aprovação dessa PEC trará para o País ao assegurar aos médicos condições de um ético desempenho da medicina, sendo decisiva para eliminar de forma permanente os vazios assistenciais. A criação de uma carreira de Estado para o médico no SUS é a única solução viável para se fazer a interiorização da medicina no Brasil de forma consequente e estruturada. Ao contrário de outras ações, como o Programa Mais Médicos, não visa o resultado imediato, fugaz e duvidoso, mas prepara o terreno para mudanças com ganhos de longo prazo, com pleno respeito à legislação, à ética e aos princípios da gestão eficiente.

No passado, algo semelhante aconteceu no âmbito do Judiciário e do Ministério Público que, apenas após a criação de carreiras estatais específicas, conseguiram ampliar seu espectro de ação pelo País. Esse foi o caminho para consolidar a presença da Justiça em municípios pequenos e distantes.

Deste modo, a carreira de Estado para o médico do SUS beneficiará a Nação como um todo, sendo que a adesão a esse chamado, dentro do escopo definido pela PEC em tramitação, sem sombra de dúvidas será significativa. Afinal, historicamente, o médico brasileiro vem cumprindo seu papel, garantindo assistência aos pacientes e familiares, mesmo quando as condições de trabalho estão longe do ideal.

Tais fatos reforçam a compreensão de que a substituição do Mais Médicos pela implementação de uma carreira de Estado no SUS é factível e sinaliza uma mudança real de percepção do gestor sobre os rumos da saúde. Com isso, ficaria evidente que, de modo acertado, passou-se a valorizar as políticas de Estado em detrimento de ações pontuais de governo, com benefícios aos profissionais e à sociedade.

Além do País poder contar com recursos humanos, nos postos de saúde, com formação reconhecida, entre os ganhos concretos estaria a permanência no território nacional de bilhões de reais, que desde 2013 têm sido enviados ao exterior, por meio da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), para custear o pagamento de intercambistas cubanos. Num momento de crise econômica, como o atual, seria uma sábia decisão no sentido de controle e recuperação das finanças do País.

Trata-se de uma medida de carácter resolutivo no campo da gestão do SUS, bem como de uma questão de bom senso necessário ao atendimento digno e de qualidade na assistência à saúde pública.